

Associação Brasileira de Bancos (ABBC)

Demonstrações contábeis acompanhadas do
relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria
Ltda.
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 – 12º andar
Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil
T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos
Conselheiros e Diretores da
Associação Brasileira de Bancos (ABBC)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cumprimos com as responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

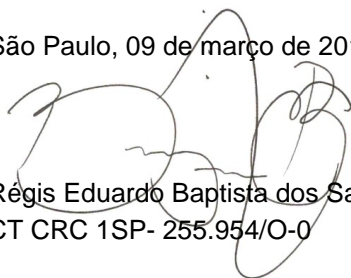
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2018



Régis Eduardo Baptista dos Santos
CT CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Associação Brasileira de Bancos (ABBC)

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em reais)

	ATIVO		
	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	40.114.271	33.753.171
Contas a receber	4	2.470.703	2.242.993
Outros ativos	-	163.281	66.671
Despesas antecipadas	5	436.768	303.148
Total do ativo circulante		----- 43.185.023	----- 36.365.983
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	10	408.207	422.792
Outras contas a receber	-	25.479	-
Imobilizado	6	2.197.864	1.576.588
Intangível	7	1.475.055	1.309.908
Total do ativo não circulante		----- 4.106.605	----- 3.309.288
Total do ativo		----- ----- 47.291.628	----- ----- 39.675.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Brasileira de Bancos (ABBC)

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	-	857.842	840.350
Encargos sociais a recolher	8	335.893	273.867
Provisão para férias	-	963.074	888.656
Impostos a recolher	-	477.675	415.007
Outras obrigações	9	366.427	343.354
Total do passivo circulante		<u>3.000.911</u>	<u>2.761.234</u>
Passivo circulante			
Provisão para contingências	10	1.721.341	2.110.151
Total do passivo circulante		<u>1.721.341</u>	<u>2.110.151</u>
Patrimônio líquido	11		
Patrimônio social	-	27.063.620	22.661.891
Fundo de reserva	-	11.825.749	3.737.169
Superávit do exercício	-	3.680.007	8.404.826
Total do patrimônio líquido		<u>42.569.376</u>	<u>34.803.886</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>47.291.628</u></u>	<u><u>39.675.271</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Brasileira de Bancos (ABBC)

Demonstrações do superávit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas operacionais		
Serviços prestados	29.653.199	28.122.203
Contribuições de associados	3.360.023	3.219.062
Financeiras	3.715.868	3.403.075
Outras	380.964	99.262
Total de receitas operacionais	<u>37.110.054</u>	<u>34.843.602</u>
Despesas operacionais		
Impostos sobre receitas	(2.939.948)	(2.250.277)
Serviços de terceiros	(6.598.817)	(5.327.897)
Salários e ordenados	(5.716.761)	(5.283.388)
Encargos sociais	(2.388.774)	(2.354.263)
Férias e 13º salário	(1.071.542)	(1.110.944)
Outras despesas com pessoal	(2.717.881)	(2.323.543)
Participação a empregados	(680.960)	(757.065)
Administrativas e de manutenção	(4.068.816)	(3.000.241)
Depreciações e amortizações	(1.652.077)	(2.499.658)
Financeiras e tributárias	(41.788)	(92.867)
Com ocupação	(1.467.200)	(1.438.633)
Total de despesas operacionais	<u>(29.344.564)</u>	<u>(26.438.776)</u>
Superávit do exercício	<u><u>7.765.490</u></u>	<u><u>8.404.826</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Brasileira de Bancos (ABBC)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em reais)

	Notas	Patrimônio social	Fundo de reserva	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	19.433.646	-	6.965.414	26.399.060
	-				
Constituição de reserva para oscilação de processamento da compensação do ano de 2015	11	-	3.737.169	(3.737.169)	-
Incorporação do superávit acumulado ao patrimônio social	-	3.228.245	-	(3.228.245)	-
Superávit do exercício	-	-	-	8.404.826	8.404.826
Saldos em 31 de dezembro de 2016		22.661.891	3.737.169	8.404.826	34.803.886
Constituição de reserva para oscilação de processamento da compensação do ano de 2016	11	-	4.003.097	(4.003.097)	-
Incorporação do superávit acumulado ao patrimônio social	-	4.401.729	-	(4.401.729)	-
Constituição da reserva para oscilação de processamento da compensação do ano de 2017	-	-	4.085.483	(4.085.483)	-
Superávit do exercício	-	-	-	7.765.490	7.765.490
Saldos em 31 de dezembro de 2017		27.063.620	11.825.749	3.680.007	42.569.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Brasileira de Bancos (ABBC)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	7.765.490	8.404.826
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.652.077	2.499.658
Contingências	(388.810)	(140.964)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(227.710)	102.951
Outros ativos	(96.610)	69.072
Despesas antecipadas	(133.620)	(34.310)
Depósitos judiciais	14.585	130.280
Outras contas a receber	(25.479)	14.526
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	17.492	225.426
Encargos sociais a recolher	62.026	(110.695)
Provisão para férias	74.418	(24.864)
Impostos a recolher	62.668	32.644
Outras obrigações	23.073	(55.033)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>8.799.600</u>	<u>11.113.517</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível	(2.438.500)	(3.230.959)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.438.500)</u>	<u>(3.230.959)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.361.100</u>	<u>7.882.558</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.753.171	25.870.613
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	40.114.271	33.753.171
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.361.100</u>	<u>7.882.558</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC) (“Associação”) é uma entidade sem fins lucrativos, estando com seus direitos preservados nos termos da Lei nº 9.430/96, e tem como objetivos:

- (a) Representar os Associados perante órgãos públicos da administração direta ou indireta e entidades privadas;
- (b) Defender os interesses dos Associados administrativa ou judicialmente, inclusive ajuizando ações e mandados de segurança coletivos;
- (c) Interagir com as autoridades e com as instituições no sentido de elaborar e/ ou aperfeiçoar o sistema regulatório;
- (d) Desenvolver iniciativas e apresentar proposições objetivando incrementar a produtividade do sistema financeiro e reduzir os níveis de risco;
- (e) Estudar e opinar, estabelecendo diretrizes de orientação, sobre as questões e os problemas que afetem os interesses das instituições financeiras, e, especialmente, de seus Associados;
- (f) Cuidar da eficiência da intermediação financeira, ampliando sua contribuição para a sociedade, desenvolvendo meios e formas que sirvam para ampliar o acesso da população a produtos e serviços financeiros;
- (g) Transmitir à sociedade por meio da mídia, o papel do sistema financeiro e sua contribuição para o desenvolvimento econômico sustentado, e social do País, bem como, divulgar opinião sobre temas de interesse dos Associados e da sociedade;
- (h) Discutir e debater os problemas conjunturais e econômicos que afetem os interesses do sistema financeiro, e, em especial, dos seus Associados, elaborando estudos e notas técnicas relativas às proposições normativas em curso nos órgãos reguladores e no Congresso Nacional;
- (i) Coordenar análises, pesquisas e ações que objetivem a melhoria da imagem do sistema financeiro, do atendimento ao público, e das relações com os consumidores, realizando a implantação e a gestão de normas e procedimentos de autorregulação;

- (j) Promover palestras sobre temas de interesse dos Associados e do sistema financeiro; realizar cursos e treinamentos visando à capacitação dos Associados e/ou de terceiros que com eles se relacionem, e quando necessário, certificando-os, na forma da legislação, bem como, realizar, patrocinar e apoiar eventos de interesse dos Associados e da sociedade;
- (k) Criar e/ou gerir e/ou administrar entidades ou organizações que congreguem, no todo ou em parte, os Associados;
- (l) Prestar, podendo contratar terceiros, atividades e/ou serviços de interesse dos Associados ou de não associados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o superávit do exercício é igual ao superávit abrangente total.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 09 de março de 2018.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002"), combinada com a NBC TG 1000 (R1) "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" ("CPC PME"). Essas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

- Imposto de renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), exceto sobre as receitas financeiras;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), exceto para os serviços prestados, cursos e treinamentos;
- PIS sobre as receitas, havendo incidência do PIS sobre folha de pagamento;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias, exceto para os serviços prestados, cursos e treinamentos.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com cláusula de resgate imediato, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e mensuração

A Administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(b) Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes).

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Associação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Associação avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.5. Outras contas a receber

Registra, em 2017, valores de adiantamentos efetuados a advogados, a serem ressarcidos pelos Associados, decorrente dos processos das operações de crédito consignado.

2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, como mencionadas na Nota Explicativa nº 6.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado, quando ocorridos.

2.7. Intangíveis

As licenças de software são contabilizadas com base nos custos incorridos para que eles estejam prontos para ser utilizados.

A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota Explicativa nº 7.

2.8. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Os itens de ativo imobilizado que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2017 não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.10. Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

2.11. Receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas no período de sua competência.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e Bancos	13.469	5.989
Aplicações financeiras		
Certificados de depósito bancário - Banco Santander	13.733.168	24.895.965
Recibos de depósito cooperativo - Banco Cooperativo Sicredi	14.392.729	-
Operações compromissadas de renda fixa - Banco Santander	4.585.576	8.740.535
Renda fixa automática - Banco Santander	11.169	16.924
Renda fixa automática - Banco do Brasil	49.634	49.634
Título de capitalização em caução de locações – Sul América	41.477	43.873
Cotas de fundos de renda fixa - Banco Santander	7.285.809	-
Conta de poupança - Caixa Economica Federal	1.240	251
	40.114.271	33.753.171

As aplicações financeiras são resgatáveis a qualquer momento e servem de lastro aos compromissos recorrentes da Associação.

A provisão para imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos provenientes das aplicações financeiras no montante de R\$ (684.725) (2016 – R\$ 1.017.531), foi registrada no resultado do exercício por constituir tributação exclusiva na fonte.

4. Contas a receber

	2017	2016
Contas a receber de serviços de compensação	2.438.760	2.220.281
Cursos a receber	6.304	19.209
Mensalidades a receber	42.462	20.326
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.823)	(16.823)
	2.470.703	2.242.993

5. Despesas antecipadas

	2017	2016
Despesas a apropriar	104.072	101.410
Projetos e suportes a apropriar	332.696	201.738
	436.768	303.148

6. Imobilizado

	% - Taxa anual de depreciação	2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	144.516	(59.912)	84.604	58.671
Móveis e utensílios	10%	525.685	(377.911)	147.774	165.645
Computadores	20%	3.888.139	(2.236.674)	1.651.465	903.679
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	252.757	(215.014)	37.743	80.134
Reestruturação da sede social	23%	403.000	(129.264)	273.736	364.981
Outras imobilizações	20%	18.125	(15.583)	2.542	3.478
		5.232.222	(3.034.358)	2.197.864	1.576.588

A movimentação do ativo imobilizado ocorrida no ano de 2017 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2017
Máquinas e equipamentos	58.671	35.584	-	(9.651)	84.604
Móveis e utensílios	165.645	14.730	-	(32.601)	147.774
Computadores	903.679	1.096.986	-	(349.200)	1.651.465
Benfeitorias em imóveis de terceiros	80.134	-	-	(42.391)	37.743
Reestruturação da sede social	364.981	-	-	(91.245)	273.736
Outras imobilizações	3.478	-	-	(936)	2.542
	1.576.588	1.147.300	-	(526.024)	2.197.864

7. Intangível

	% - Taxa anual de amortização	2017			2016
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Projeto renovação de infraestrutura	33%	376.939	(164.322)	212.617	149.263
Projeto PSTI	-	383.364	(21.337)	362.027	256.311
Projeto arrecadação	-	18.008	-	18.008	-
Sistema educacional	33%	-	-	-	54.807
Marcas e patentes	-	7.516	-	7.516	7.516
Softwares	20% a 100%	2.401.031	(1.526.144)	874.887	842.011
		3.186.858	(1.711.803)	1.475.055	1.309.908

A movimentação do ativo intangível ocorrida no ano de 2017 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2017
Projeto renovação de infraestrutura	149.263	162.000	-	(98.646)	212.617
Projeto PSTI	256.311	127.053	-	(21.337)	362.027
Projeto arrecadação	-	18.008	-	-	18.008
Sistema Educacional	54.807	-	-	(54.807)	-
Marcas e Patentes	7.516	-	-	-	7.516
Softwares	842.011	984.138	-	(951.262)	874.887
	1.309.908	1.291.199	-	(1.126.052)	1.475.055

8. Encargos sociais a recolher

	2017	2016
INSS a recolher	246.425	196.590
FGTS a recolher	83.648	70.063
PIS sobre folha	5.180	6.259
Outros	640	955
	335.893	273.867

9. Outras obrigações

	2017	2016
Adiantamentos de inscrições em cursos	78.354	55.539
Contas a pagar	18.987	5.526
Provisão PLR empregados	269.087	282.289
	366.427	343.354

10. Provisão para contingências

A Associação é ré em processos judiciais de natureza trabalhista em andamento, para os quais a Administração constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas nos desfechos dos processos, no montante de R\$ 1.721.341 (R\$ 2.110.151 em 2016), fundamentada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, os quais apresentaram as probabilidades de êxito em cada processo. Foi considerado na quantificação destes montantes, adicionalmente, o histórico de perdas e a assunção de responsabilidade em futuras demandas advindas de funcionários de empresas terceirizadas, contratadas pela Associação para execução de determinados serviços. Os depósitos judiciais efetuados sobre os processos em discussão, no montante de R\$ 408.207 (R\$ 422.792 em 2016) estão contabilizados no ativo não circulante.

11. Patrimônio Líquido

Representa o acúmulo de superávit e déficit apurados anualmente.

A AGO/AGE realizada em 27 de abril de 2016 aprovou a constituição de Fundo de Reserva para Oscilação do Processamento da Compensação de até 15% dos serviços faturados no processamento de compensação nos exercícios de 2015 a 2017, com objetivo de manter o equilíbrio econômico e financeiro da Associação.

Em conformidade com a deliberação daquela AGO/AGE, em abril de 2016 foi constituída a reserva referente às receitas do exercício de 2015 (R\$ 3.737.169) e, em 2017, foram constituídas as reservas referentes aos exercícios de 2016 (R\$ 4.003.097) e de 2017 (R\$ 4.085.483).

